

Análisis de casos: Brasil	Título
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Compilador/a o Editor/a	Autor(es)
OSAL, Observatorio Social de América Latina (año I no. 2 sep 2000)	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2000	Fecha
	Colección
Movimientos Campesinos; Sindicatos; Docentes; Huelgas; Conflictos Sociales; Protesta Social; Sociedad Civil; Brasil;	Temas
Artículo	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110209104150/4brasil.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Muita terra e pouco dono. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil

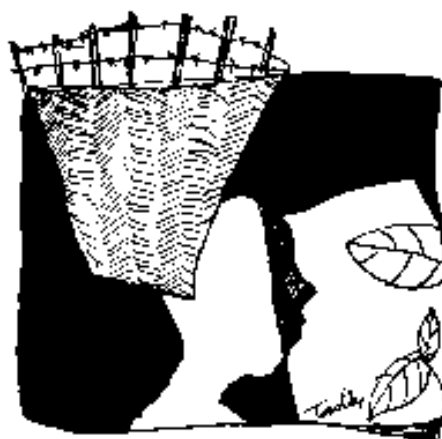
Por Angela Mendes de Almeida*

Como complemento do projeto neoliberal posto em prática nos sucessivos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, a sua política para o campo tem sido um contínuo reforço do histórico e tradicional latifúndio brasileiro. Em documento recentemente publicado¹, o MST descreve essa política como uma tentativa de aplicação de um “modelo norte-americano”: estímulo à implantação de grandes fazendas de grãos, sobretudo no Centro-Oeste do Brasil, visando à exportação; oligopolização do mercado interno agrícola por parte das grandes agroindústrias, na maioria multinacionais; abandono da pequena agricultura familiar, com exceção de um pequeno número de estabelecimentos rurais ligados diretamente às agroindústrias.

Por trás de uma retórica que mal dissimula sua verdadeira intenção meramente propagandística, o governo FHC (como o chamam os brasileiros) continua dizendo, sem muita convicção, que foi quem que mais fez avançar a reforma agrária, na medida em que desapropriou 14 milhões de hectares de terra, o que equivaleria ao território de três Bélgica. Só que durante esse mesmo período, apenas cerca de 3.065 fazendeiros se apropriaram de um território muito maior, 93 milhões de hectares (um deles, uma empresa construtora, tendo abocanhado sozinha 4 milhões). Essa apropriação foi sobretudo feita pelo conhecido processo, tradicional na história brasileira, de “grilagem”².

O governo vangloria-se também de ter assentado mais de 300 mil famílias em mais de 12 milhões de hectares, constituindo isso a sua reforma agrária. Boa parte desses supostos assentamentos nada mais são do que a legalização de terras de “posseiros”, pessoas que, quando ainda havia uma fronteira agrícola para avançar, nas regiões Norte e Centro-Oeste, tomaram posse de terras do Estado mas não se deram ao trabalho de forjar falsos títulos de propriedade.

* Professora aposentada, Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (C.P.D.A.), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



Enquanto esses dados são lançados como propaganda governamental, o que se sabe é que nos últimos dez anos desapareceram 942 mil estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares. Pelos dados atuais do Atlas do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) dos 3.114.898 imóveis rurais cadastrados, ocupando uma área total de 331.364.012 hectares, 62,2% - constituídos de minifúndios - ocupam apenas 7,9% dessa área, enquanto 2,8% - os latifúndios - ocupam 56,7% da área total. Esta é a estrutura fundiária que o Brasil tem hoje, que estruturalmente em nada difere da que sempre teve desde os primórdios da colonização portuguesa.

A dualidade de intenções do governo em relação ao tratamento da política agrícola está expressa na existência de dois Ministérios. Um deles, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, trata da pequena propriedade, dos créditos para ela e dos conflitos de terra que se sucedem invariável e independentemente da presença ou não de movimentos organizados como o MST, a CONTAG e outros. É um ministério tido como voltado para as questões sociais, vale dizer, questões menores para esse governo, questões cuja resolução parcial é feita a conta-gotas e apenas na medida de necessidades impostas por conflitos e manifestações. O outro, o Ministério da Agricultura, cuida exclusivamente da grande propriedade, dos latifúndios

modernizados e voltados para a exportação. E foi este Ministério, e seu respectivo ministro, Pratinho de Moraes, que foram convidados a fazer parte da delegação brasileira que iria defender “os interesses brasileiros” na frustrada Rodada do Milênio, que afinal não se abriu em Seattle, em novembro de 1999. Para defender esses interesses o governo brasileiro se enfeudou ao “Grupo de Cairns”, capitaneado pela Austrália, congregando grandes proprietários de terras com agricultura mecanizada ou criação de gado em larga escala. Os “interesses brasileiros” foram portanto reduzidos aos interesses da minoria de proprietários de latifúndios com perspectivas de exportação.



Nessas circunstâncias é fácil compreender porque o campo brasileiro é um barril de pólvora. Desde a instalação dos governos democráticos, em 1985, foram recenseados pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja católica, 7.843 conflitos, dentre os quais 4.866 diretamente ligados à luta pela posse da terra. Ocorreram também, nesse período, 1.169 assassinatos de agricultores, sindicalistas, advogados e religiosos, que se traduziram em apenas 56 julgamentos e apenas sete condenações. A certeza da impunidade e a “meia-cegueira” da justiça local, que só enxerga os

interesses dos mandantes dos crimes e dos grandes proprietários, é um constante estímulo, não houvesse outros, para que a violência continue. A ilustração talvez mais escandalosa dessa impunidade foi o julgamento do massacre de Eldorado de Carajás, em agosto de 1999, no qual foram mortos 19 agricultores sem terra. Sob o indecoroso argumento de terem atirado em legítima defesa, os policiais militares foram absolvidos³.

Essa notória preferência do governo pela grande propriedade com vistas à exportação têm sido defendida por alguns de seus áulicos, setores justamente ligados à ação do Ministério da Agricultura, como a única via condizente com a globalização. Segundo esse ponto de vista, a pequena propriedade seria coisa do passado, ultrapassada, sendo que a incrível desigualdade da estrutura fundiária constituiria um pré-requisito importante que o Brasil já teria para entrar na modernidade agrícola. Nesse aspecto, ao contrário de outros em que o neoliberalismo argumentava ter que superar obstáculos e entraves à modernidade, o país já estaria - subentende-se, desde sempre, desde a instalação dos portugueses - preparado para receber a grande propriedade agrícola mecanizada.

Já em relação ao universo dos direitos trabalhistas e à situação do aparelho de Estado, que com todas as suas enormes deficiências, havia sido montado para servir o público, o governo FHC encontrou em seu caminho muitos empecilhos. Dizia, no início, que sua função era a de “acabar com a era Vargas”. A tradução literal disso deve ser entendida da seguinte maneira: era preciso acabar com todos os resquícios daquele Estado nacional que foi instalado no Brasil a partir de 1930 e que, com enormes déficits, esteve sempre voltado para a construção nacional do país e para projetos visando estender os direitos sociais das populações. Era preciso sobretudo acabar com os chamados “privilégios” dos trabalhadores, com os sistemas sociais de aposentadorias e pensões, com os direitos trabalhistas arduamente conquistados de 1930 até 1964, e apenas para os trabalhadores urbanos. Dito de outra maneira, era preciso voltar aos tempos em que o Estado sequer se dizia voltado para o público e em que o capital imperava sobre o trabalho.

A modernidade portanto almejada, sob o argumento de ir para frente, voltava atrás na história, voltava a antes da era Vargas, inaugurada com a Revolução de 30. Queria limpar da face do país a única tentativa de modernizá-lo - modernizar no sentido progressista de humanizar e de estender direitos sociais - tentativa que evoluiu lentamente até ser abortada pelo golpe militar de 1964. É de se notar que todo o progresso da legislação trabalhista restringia-se, até aquele momento, ao mundo urbano. E que um dos grandes argumentos da direita para o golpe militar eram as

chamadas “Reformas de Base” do governo Goulart, dentre as quais se destacava a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo.

Assim sendo o neoliberalismo teve um certo trabalho para eliminar as conquistas sociais dos trabalhadores urbanos, mas no campo deparou-se com uma estrutura fundiária já pronta desde sempre, pela extrema concentração de terras em poucas mãos. Não teve necessidade de voltar atrás e de eliminar “eras”, pois a estrutura permanecera intocada. O Brasil neoliberal reencontrou-se, assim, com seu passado redivivo, agora passível de ser utilizado em prol da modernidade.

Qual é o significado, para o Brasil, dessa estrutura fundiária e de sua história? Até 1930 o país era essencialmente rural, toda a vida econômica e social desenvolvendo-se à volta da economia cafeeira. Depois dessa data o país industrializou-se, porém até às vésperas do golpe militar de 1964 a maioria da população ainda vivia no campo, daí porque a reforma agrária era então uma proposta incendiária.

Porém o que significa dizer-se que o Brasil era rural? Um historiador, cuja interpretação do Brasil já constitui uma perspectiva clássica, Sérgio Buarque de Holanda, definiu, na década de 30, o sistema de exploração agrícola que aqui se instalou com uma “civilização de raízes rurais”, completamente diferente de uma “civilização tipicamente agrícola”. Na “civilização agrícola” predomina a pequena propriedade trabalhada essencialmente pela família, os agricultores, que têm a posse ou a propriedade dos seus instrumentos de trabalho e da terra, alimentam um grande amor pela sua atividade e, por isso mesmo, preocupam-se com o desenvolvimento das técnicas agrícolas. No Brasil a atividade rural avassaladoramente preponderante era a grande propriedade agro-exportadora e monocultora. Quem trabalhava a terra - os escravos - não tinham nem a posse, nem a propriedade da terra, dos instrumentos de trabalho e até de si mesmos. Não podiam alimentar qualquer amor pela atividade de plantar que lhes era imposta sob pena de duros castigos. Quem tinha a propriedade da terra - os senhores rurais - não a trabalhava e não a amava. A terra era de graça: de queimada em queimada, de grilagem em grilagem, abandonavam-se as terras fatigadas e tomava-se posse de outra porção. Tampouco interessava ao senhor rural a implementação de tecnologias porque o braço escravo era farto, o escravo servia ao senhor para tudo. Daí porque, pela sua natureza

perdulária, Buarque de Holanda assimilava a fazenda agro-exportadora, em grande parte, à mineração. Assim sendo, a terra que servia de base para a “civilização de raízes rurais” não tinha valor para nenhuma das classes principais com ela envolvidas⁵.

A atual tentativa de transformar os velhos latifúndios em grandes empreendimentos para a exportação tampouco é novidade na história do Brasil. Outro grande historiador, parâmetro de muitos estudos históricos, Caio Prado Júnior, já havia definido, na década de 40, a fazenda monocultora como uma “empresa”, integrada, desde os primórdios da colonização portuguesa, no ciclo de acumulação mundial de capital comercial. Usando necessariamente mão-de-obra escrava, a propriedade agro-exportadora colocou-se no circuito de compra de escravos e venda do produto monocultor, primeiro o açúcar, depois o café. Se de um lado foram as circunstâncias do momento da acumulação de capital que orientaram o modo de organização da produção rural no Brasil, de outro, uma vez definido esse modo, ele passou a orientar o sentido da colonização e a estrutura social. Classes e sociedade estavam organizadas para a produção para o exterior. A alimentação das populações era pobre porque todos os esforços estavam voltados para fora. Nos momentos de crise de exportação, terras e braços podiam voltar-se para produzir alimento e comia-se melhor⁶.

A estrutura das classes sociais também foi forjada por este modo de organização da exploração agrícola. No topo da pirâmide social os homens com propriedade e suas famílias. Na base a escravaria, sem direito algum. E no meio uma importante camada de população, livre, porém sem propriedade. Como todo o sistema social estava organizado em torno da escravidão e da propriedade de terras e escravos, não havia espaço social para que o trabalho livre fosse respeitado. O trabalho era um opróbrio, digno apenas para a base escala social, a classe “abjeta” dos escravos. A classe dos homens livres pobres irá constituir, no campo e nas cidades, aquela camada de pessoas que, para existir, trabalhar e conservar-se honrada, devia obter o favor dos senhores rurais. Daí nasceram alguns dos fenômenos mais interessantes da vida mental e material dos brasileiros, entre outros o coronelismo e o mandonismo.

Ao longo da história do Brasil esta estrutura de classes foi sendo conservada - inclusive a instituição do favor dos

de cima como modo de ascensão social - ao sabor de transformações sem mudanças radicais. A Independência nacional, em 1822, foi comandada pelo filho do rei de Portugal, ficando tudo em família. Quando D. Pedro I foi obrigado a abdicar, em 1831, a aliança com a metrópole portuguesa, já então corroída por verdadeiro liberalismo e anticlericalismo, foi rompida, desnudando o apego inabalável das elites ao instituto da escravidão. Quase sete décadas foram gastas para que essas elites, enfim, abolissem a escravidão, em 1888. E quando isso foi feito, os ex-escravos foram abandonados à sua própria sorte, indo constituir o universo do pobres e miseráveis, hoje, os excluídos.

Mas a escravidão permaneceu, para além de sua institucionalidade, como uma segunda natureza dos brasileiros, que incorporaram no fundo de seu subconsciente a desigualdade social como uma marca indelével separando os ricos e os pobres. A idéia de que os indivíduos nascem todos iguais e com os mesmos direitos permanece sendo algo irreal e abstrato em uma nação dividida entre os cidadãos de primeira e de segunda categoria. A desigualdade foi inscrita a ferro e fogo na mentalidade nacional⁷.

Por essa razão, a desigualdade social que faz do Brasil um dos campeões mundiais nesse aspecto, não é enxergada pelos brasileiros. Eles podem ver uma criança sozinha e abandonada na rua, mas não enxergam nisso nenhuma injustiça social. Faz parte da ordem natural das coisas que haja pessoas na miséria, bem ao lado da escandalosa ostentação do consumismo. O miserável não faz parte da mesma nação dos ricos. É preciso que algum organismo internacional publique estatísticas que coloquem o Brasil na última escala do bem-estar social para que a desigualdade seja então enxergada.

Pela mesma razão o incrível desequilíbrio da estrutura fundiária em favor do latifúndio não constitui escândalo. Embora a Constituição Brasileira, defina que “a propriedade atenderá a sua função social”⁸, a mentalidade brasileira está embebida pelos direitos inalienáveis de propriedade que herdou do período escravista. Com base em elementos de uma legislação variada, foi consagrada, a partir do fim do regime militar, a idéia de que apenas o latifúndio “improdutivo” - vale dizer, terras abandonadas - seria passível de desapropriação para a reforma agrária. Esta idéia não leva em consideração que a existência em larga escala do latifúndio produtivo voltado para a exportação desequilibra a política agrária a seu favor, inviabilizando a pequena propriedade. Corrigindo este equívoco está sendo encaminhada, pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça do Campo, uma campanha por uma emenda constitucional que limite

qualquer propriedade agrícola a 35 módulos fiscais (uma medida que limitaria os estabelecimentos a cerca de 2000 hectares no Norte e no Nordeste, e a 700 no Sul e no Sudeste). Se olharmos o tempo que a escravidão levou para ser abolida, pode-se esperar o resultado dessa campanha para daqui a algumas décadas, a não ser que haja mobilização e conscientização de que esta estrutura fundiária é um escândalo.

Na verdade, onde predomina o latifúndio, predomina a desigualdade entre patrões e trabalhadores sem direitos sociais. O meio-ambiente é devastado pelas necessidades de lucro imediato. O meio social fica rarefeito, desertificado, pela utilização maciça de maquinaria, sem qualquer atenção ao desemprego. A vida rural expressa-se pela exploração e pela humilhação. Já as qualidades mais democráticas da pequena propriedade são evidentes. A solidariedade dos membros da família em torno das condições de trabalho e de produção, o plantio voltado para o consumo da região, a vida girando em torno de uma comunidade de famílias de membros relativamente menos desiguais conformam núcleos sociais densos de humanidade.

Notas

1 “Sem terra, com idéias”, *Reportagem*, São Paulo, nº 10, maio de 2000, pp. 38-42.

2 Trata-se simplesmente de tomar posse de terras pertencentes ao Estado, portanto sem dono, forjando depois em um cartório, um título de propriedade e “envelhecendo-o” ao contacto, em uma gaveta fechada, com grilos.

3 O absurdo era tão grande que os advogados do MST conseguiram que o julgamento fosse anulado.

4 *Rafes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, pp. 18-41.

5 Sobre os desdobramentos teóricos dessa distinção, ver Angela Mendes de Almeida, “Notas de leitura sobre uma visão histórica do campo”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 40, 1996, pp. 13-29.

6 Caio Prado Junior, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

7 Ver Angela Mendes de Almeida, “Violência e cordialidade no Brasil”, *Estudos - Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 9, 1997, p. 130.



O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil

Por Bernardo Mançano Fernandes*

■ A formação do MST.

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma organização social muito conhecida por suas ações, principalmente, por causa das ocupações de terra, de prédios públicos e de enfrentamento com o governo. Por meio dessas ações, o MST tem conquistado a terra e um conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais. Dessa forma, os sem-terra vêm se ressocializando e lutando contra a exclusão.

No princípio da formação do MST (1979-1984), os sem-terra construíram suas primeiras experiências, cientes de que eram herdeiros da resistência camponesa. Desde essa época, sabedores de que a questão agrária não mudaria, a não ser por meio de suas ações, esses trabalhadores rurais começaram a construção de um movimento social que se tornaria, na década de 1990, uma das mais importantes organizações sociais do Brasil.

Em janeiro de 1984, fundaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na primeira metade da década de 1980, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, órgão vinculado à Igreja Católica, os sem-terra se organizaram em cinco estados: Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

No período de 1985 – 1990, o MST se territorializou nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e em parte da região amazônica. Territorializar-se significa desenvolver um processo de luta e de conquista da terra, que acontece por meio da ocupação das propriedades que não estão cumprindo com a sua função social. Ao realizarem a ocupação e estabelecerem o acampamento, as famílias criam uma determinada conjuntura política que será modificada por meio de negociações envolvendo sem-terra, latifundiário e governo, entre outras organizações que apóiam a reforma agrária: sindicatos de trabalhadores, partidos políticos etc.

* Geógrafo, professor e pesquisador da Unesp – campus de Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
e-mail: bmf@prudente.unesp.br



Para a mudança dessa conjuntura é necessária a negociação política mediada por diferentes forças e interesses. De um lado a reação dos latifundiários por meio da contratação de pistoleiros e pedidos de liminares de reintegração de posse. De outro lado, os sem-terra resistem à reintegração e enfrentam os pistoleiros. Fazem marchas até as cidades, realizam manifestações e ocupam prédios públicos como formas de pressionar o governo na tentativa de uma solução para o conflito. Nesse contexto, os governos federal e estaduais procuram uma resposta para a questão agrária por meio da desapropriação ou compra da área ocupada. Noutras vezes, as famílias são despejadas violentamente pela polícia e ocupam outro latifúndio, de onde podem ser despejadas novamente. Os sem-terra ocupam e reocupam a terra até conquistarem o assentamento.

Desse modo acontece a territorialização da luta pela terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território, onde os sem-terra vão construir uma nova comunidade. A luta pela terra leva a territorialização porque com a conquista de um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Assim, a cada assentamento conquistado, o MST se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST de outros movimentos sociais e o torna um movimento socioterritorial. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. É o que acontece com os movimentos sociais isolados que são criados em diversos estados brasileiros. Os sem-terra organizados no MST, ao

conquistarem a terra vislumbram uma nova conquista. Assim, também dimensionam a luta pela terra em luta pela educação, saúde, moradia, crédito agrícola, cooperação agropecuária etc.

Tal processo tem como ponto de partida e de retorno os trabalhos de base. São reuniões que os assentados fazem com as famílias interessadas em lutar pela terra. Esses encontros acontecem nos bairros rurais, nos assentamentos, acampamentos e nas periferias de diversas cidades de todas as regiões do Brasil: nas escolas, nos salões paroquiais, nos sindicatos etc. Nesses trabalhos são construídos espaços de socialização política, onde são definidas as ações de luta pela terra. Esses trabalhos podem demorar meses ou anos, desde a formação dos grupos de famílias à ocupação de um ou mais latifúndios, os enfrentamentos com jagunços e com a polícia, até as negociações com o governo e a implantação dos assentamentos.

Na década de 1990, o MST se tornou um movimento nacional. Territorializou-se para os Estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins e no Distrito Federal, organizando em 23 estados da federação. Desde 1986, o Movimento intensificara as discussões a respeito da organização do trabalho e da produção nos assentamentos. Conhecedores das conquistas e fracassos da histórica luta camponesa e da lógica do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, os sem-terra determinaram como princípio do MST: não separar nunca nas lutas pela terra e pela reforma agrária a dimensão econômica da dimensão política.

Na década de 1990, principalmente desde a segunda metade, o MST tornou-se conhecido nacionalmente, bem como em diversos países. Todavia, infelizmente, esse conhecimento foi resultado muito mais dos massacres que os sem-terra sofreram do que necessariamente pela efetivação das reivindicações do Movimento. Em 1995, o massacre de Corumbiara em Rondônia e em 1996 o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, projetaram a questão agrária brasileira e seus principais protagonistas: os sem-terra. Por outro lado, o MST também se tornou conhecido pelas ocupações massivas de terra e pelo processo de ressocialização de parte da população excluída pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária.

De 1995 até 1999, foi o período em que mais se implantou assentamento no Brasil (ver quadro 1). Também foi o período em que mais se ocupou terra no país (ver quadro 2). O crescimento das ocupações aconteceu, principalmente por causa da territorialização do MST. De 1996 a 1998, o número de ocupações cresceu 50% e o número de famílias aumentou 21%. A organização dos movimentos sociais, o aumento do desemprego no campo e na cidade, obrigou o governo federal a implantar uma política de assentamentos rurais. Atendimento das ocupações e do número de famílias é de crescimento. A decréscimo do número de ocupações e de famílias do MST é resultado do acúmulo de famílias acampadas. Em 31 de dezembro de 1999, estavam

Quadro 1 - Brasil - Assentamentos Rurais – 1979 – 1999

Período	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Nº Hectares	%
1979/1994	1.193	27,5	166.378	33,1	8.942.407	37,4
1995/1999	3.180	72,5	337.064	66,9	14.909.812	62,6
Total	4.373	100,0	503.442	100,0	23.852.219	100,0

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – UNESP/MST. Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.

Quadro 2 - 1996/1999 - Brasil - Número de ocupações e número de famílias - participação do MST

Ano	Nº total de ocupações	Nº total de famílias	Nº ocupações feitas pelo MST	%	Nº famílias vinculadas ao MST	%
1996	398	63.080	176	44	45.218	72
1997	463	58.266	173	38	28.358	49
1998	599	76.482	132	22	30.409	40
1999	249*	29.223*	149**	60	24.519**	83
Total	1709	227.051	630	37	128.504	57

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 1999. Bases de dados: CPT – MST– INCRA. * até abril. ** até maio.

Procuraram formar a compreensão de que a luta não termina na conquista da terra. Essa é apenas uma fase. Desse modo, organizam simultaneamente a cooperação agrícola e as ocupações de terra, a formação técnica e a formação política. Essa concepção faz com que o MST atue diretamente na formação tecnológica, na educação e se preocupe com a socialização das conquistas com vistas à qualidade de vida dos assentados.

acampadas 67.704 famílias organizadas no MST.

■ **A questão agrária brasileira no limiar do século XXI.**

De fato, o MST vem lutando para transformar a questão agrária brasileira. Todavia, essa mudança é para evitar o pior. O modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária implantado desde os governos militares (1964

– 1984), intensificou a concentração fundiária com a expropriação e a expulsão dos pequenos agricultores. Isso porque privilegiou os produtores capitalistas em detrimento dos produtores camponeses. Com o desenvolvimento tecnológico: mecanização, utilização de insumos agrícolas, aumentou-se a produtividade com a diminuição da área cultivada. Nesse processo ocorreu o crescimento do desemprego no campo e na cidade, tornando-se um problema estrutural. Dessa forma, aumentou o número de famílias sem-terra ao mesmo tempo em que a agricultura capitalista utiliza menos terra. Essa realidade torna impossível evitar as ocupações e tentar segurar a luta pela terra, por mais que os latifundiários desenvolvam discursos afirmando que as ocupações são uma afronta à propriedade privada. Na verdade, quando se faz uma ocupação é a

realizá-la, o governo federal tenta incriminar os sem-terra, criando leis que os condenam se ocuparem a terra. Embora essa tem sido a forma mais eficaz de garantir a condição de vida de suas famílias.

Desde a origem do MST até o ano de 1999, a ocupação massiva da terra tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Conforme o quadro 3, observa-se que 77% dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás e nos Estados do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco (período 1986-1997), foram originados por meio de ocupações de terra. É por meio dessa ação, que os sem-terra tentam diminuir o processo de exclusão causado pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e se

Quadro 3 - 1986/1997 -Número de assentamentos segundo a origem

Estado	Origem Ocupação pelos Sem-Terra	Origem Projeto do Governo	Sem Informações
Rio Grande do Sul	159	0	0
Santa Catarina	94	6	2
Paraná	158	22	4
São Paulo	79	4	0
Rio de Janeiro	45	3	0
Espírito Santo	32	3	0
Minas Gerais	80	16	0
Mato Grosso do Sul	22	25	7
Goiás	63	23	31
Ceará	92	89	4
Alagoas	21	7	6
Sergipe	28	12	0
Pernambuco	106	22	0

Fonte: DATALUTA, 1998.

sobrevivência das famílias sem-terra que está em questão.

Por outro lado, o preço da terra vem diminuindo. Nessa conjuntura, a renda da terra também diminui, o que faz com que os latifundiários prefiram vender suas terras para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), porque é um negócio mais vantajoso do que manter a terra, com o risco de vê-la ocupada pelos sem-terra. E, também, para evitar as ocupações, o Governo Federal criou o Banco da Terra, uma maneira de mercantilizar a questão agrária. O fato é que pela inexistência de um plano de reforma agrária, procura-se medidas paliativas. E todas elas implicam em não penalizar a elite agrária, que com a venda das terras transferem seu capital para outro setor da economia.

Por mais que se tente impedir as ocupações, criminalizando-as e considerando-as somente como manifestações políticas, na realidade, o Estado só tem um meio para evitá-las: fazer a reforma agrária – o que é de sua exclusiva competência, conforme a Constituição. Ao não

ressocializam, construindo sua própria existência.

Na realidade, na confrontação entre a exclusão causada pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e a ressocialização causada pela implantação dos assentamentos resultantes das ocupações ou de projetos governamentais, os sem-terra estão perdendo. A exclusão é maior que a ressocialização. O número de famílias assentadas ainda é menor que o número de famílias expropriadas. A área destinada aos assentamentos ainda é menor que as áreas incorporadas pelos latifúndios, ou seja, continua a concentração fundiária. Até o presente, nem as ocupações dos sem-terra, nem os projetos do governo foram suficientes para mudar a estrutura fundiária.

Esse processo faz parte da lógica de desenvolvimento do capitalismo. Na agricultura, a tendência é de destruição e de recriação do campesinato. Com o desenvolvimento econômico acontece a diferenciação entre estes agricultores: uma pequena parte compra mais terra e contrata trabalho assalariado; uma grande parte empobrece,

perde a terra e vai trabalhar como assalariado; outra parte intermediária tenta se manter entre essas duas condições. Evidente que os sem-terra estão contidos na maior parte.

Dito desenvolvimento além de ser desigual é contraditório. Na região do Pontal do Paranapanema – Estado de São Paulo, por exemplo, alguns pecuaristas arrendam terras para pequenos produtores por um período determinado, para plantarem algodão, mandioca, milho etc., e depois devem entregar a terra com o capim plantado. Ao invés dos proprietários terem que investir para plantar o capim, eles ganham com o arrendamento porque ficam com parte da renda do que foi produzido e tem o replantio do capim sem nenhum custo. Na realização desses arrendamentos, há a recriação do trabalho familiar. Outra forma, de recriação do campesinato é por meio da ocupação de terra, que é a ação que mais tem se intensificado no Brasil.

Frente a essa realidade, o MST resiste e luta para transformar a questão agrária. Mas, diante da atual conjuntura política, é muito mais uma forma de resistência do que de transformação. Sem as ocupações e a conquista da terra, as famílias sem-terra estariam nas periferias das cidades somando-se ao grande número de excluídos.

Por isso, é importante salientar que vem aumentando o número de desempregados urbanos na luta pela terra. No Estado de São Paulo, o MST realizou ocupações de terra exclusivamente com desempregados urbanos lutando contra a percepção que somente devem ser assentados os trabalhadores rurais. Muitas famílias que participam das ocupações sofreram com o êxodo rural das décadas de 1950 até 1980, quando mais de trinta milhões de camponeses migraram para as cidades para trabalharem na indústria e no comércio. Hoje não conseguem emprego e parte dessa população não encontra condições de vida nas cidades. Desse modo, ocupam a terra e muitos trabalhadores urbanos estão se transformando em agricultores familiares por meio das ocupações de terra.

Aimplantação dos assentamentos representa um impacto socioterritorial importante, promovendo o desenvolvimento local. Nessas áreas, os sem-terra constroem sua própria existência por meio da geração de renda e trabalho. Existem várias lutas após a conquista da terra: luta por crédito agrícola, por escola no assentamento, por moradia, por estradas, por transporte coletivo, por energia elétrica, por saúde etc., que levam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. A conquista da terra é condição essencial para o avanço dessa luta pela cidadania. Desse modo, os sem-terra contribuem para o crescimento da agricultura familiar. Assim, derrubam as cercas dos latifúndios e a velha rígida tese que defende o fim do agricultor familiar como tendência

inevitável do desenvolvimento do capitalismo.

Nesta década, o MST criou uma rede de cooperativas em todas as regiões brasileiras e fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB. Também fundou escolas, criou cursos de educação básica e fez convênios com diversas universidades para realização de cursos de nível superior, para formação técnica e política. Ampliou, dessa forma, sua participação na questão agrária, elaborando estudos que propõem outro modelo de desenvolvimento para a agropecuária. Nesse sentido, avança nas lutas políticas e econômicas, ao mesmo tempo em que sofre ataques de outras instituições, principalmente do governo e dos latifundiários. Na realidade, o que está em questão são projetos políticos de desenvolvimento para o Brasil.

De um lado, o governo e os ruralistas querem manter o velho modelo econômico de exclusão dos trabalhadores. De outro lado, uma proposta que discute a participação democrática dos trabalhadores e um projeto de desenvolvimento da agropecuária e do país. Entretanto, na história do Brasil, a maior parte da população sempre esteve à margem das decisões políticas. A política clientelista controlou essa marginalização sob um discurso pseudodemocrático. Mas todas as vezes que essa população se manifesta, rompendo com concepção de dependência enraizada, o Estado responde com violência e deixa para a mídia construir a idéia de que violentos são os revoltosos. Isso aconteceu com as principais revoltas camponesas, foi assim nas manifestações dos índios e dos sem-terra em Porto Seguro, na semana de 22 de abril de 2.000, quando o governo federal comemorava os “500 anos da descoberta do Brasil”.

Portanto, o MST incomoda as elites. No mês de maio de 2.000, o Movimento sofreu uma dos ataques mais ferozes da mídia e do governo. O governo acusou o Movimento, que ocupou prédios públicos nas principais capitais do país, de “colocar em risco a democracia” e mandou prender várias lideranças. Na verdade, o que está em questão não é a democracia, que também é sustentada pelos movimentos sociais, mas sim um modelo de desenvolvimento econômico que não oferece perspectiva de futuro para os trabalhadores.

Não há como evitar a reforma agrária. Não há como continuar adiando esse processo que se arrasta por séculos. As experiências construídas nesses vinte anos pelas ocupações de terra e pela implantação dos assentamentos são lições que ajudam a projetar um futuro melhor para o campo e, portanto, para o Brasil.

■ Bibliografia

Benjamin, César (Org.) *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

Fernandes, Bernardo Mançano. *A Formação do MSTno Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis, 2.000.

Conflictos sociales rurales en el Brasil contemporáneo

Por Leonilde Servolo Medeiros*

Desde los años '80 los conflictos sociales rurales se intensificaron y dieron mayor visibilidad a la lucha por la tierra, actualizando el tema de la reforma agraria al mismo tiempo que recolocaron la cuestión del rol económico, social y político de los pequeños agricultores. De esta forma, reivindicaciones gestadas en el seno del sindicalismo rural a lo largo de los años '90 (la demanda por un "modelo de desarrollo sustentable en base a la agricultura familiar) así como también en la trayectoria del Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (sintetizado en el lema de su último congreso "Reforma agraria: por un Brasil sin latifundios") ocupan un lugar significativo en los debates de inicios del siglo XXI. En un país marcado por una intensa urbanización, los temas agrarios no sólo persisten, sino que son cruciales para la comprensión de algunos *impasse* de la sociedad brasileira.

En este artículo analizaremos algunas de las relaciones existentes entre los temas instalados públicamente por los movimientos sociales en la última década y las propuestas de políticas públicas más recientes.

■ Las luchas por la tierra y la resemantización de la reforma agraria

Durante las décadas del '50, '60 y '70 los conflictos agrarios en Brasil adoptaron fundamentalmente la forma de resistencia: "posseiros", "foreiros", "arrendatarios" se organizaron y resistieron las amenazas de expulsión por parte de los propietarios o pretendidos propietarios de tierra que deseaban retomar el control sobre ésta, ya sea para introducir nuevos cultivos o bien para uso especulativo. En torno a esas luchas se constituyeron las primeras organizaciones de trabajadores rurales en los años '50 (Ligas Campesinas, Asociaciones de Labradores y, a comienzos de los '60, sindicatos) que se articularon en torno a una consigna que unificó las luchas en el campo: "la reforma agraria".

* Profesora del Curso de Pos-graduación en Desarrollo, Agricultura y Sociedad (C.P.D.A.) de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Integrante del Grupo de Trabajo de CLACSO sobre "Desarrollo Rural".

Traducción realizada por Emilio H. Taddei



A pesar de la fuerte represión que se abatió sobre las nacientes organizaciones de trabajadores rurales después del golpe militar de 1964, las luchas por la tierra continuaron, aunque de forma atomizada, actualizadas por las nuevas condiciones que aparecieron.

Durante el régimen militar el campo brasileiro sufrió profundas transformaciones impulsadas por la política gubernamental de otorgamiento de crédito subsidiado e incentivos fiscales a las grandes unidades: se produjo una intensa modernización tecnológica, nuevas áreas de frontera fueron ocupadas por emprendimientos agropecuarios, se acentuó el éxodo rural, se provocó una transformación radical en los modos de uso de la tierra y en los modos de vida. El proceso de modernización afectó de distinta forma los diversos segmentos que vivían de las actividades agrícolas. Si, en momentos previos, la modernización y la expulsión del campo correspondió a un crecimiento de empleos urbanos, en los años '70 ya comenzaban a aparecer señales del agotamiento de esta posibilidad. El éxodo de las áreas rurales correspondía o bien a alternativas de empleos temporales, sin garantías laborales y marcados por la precariedad en la propia agricultura, principalmente en las grandes plantaciones de caña estimuladas por la política energética gubernamental, o bien al empleo precario en las grandes ciudades, una vez que las transformaciones tecnológicas en el sector industrial y de servicios exigían una mano de obra con cierto grado de calificación.

No casualmente las ocupaciones de tierra se iniciaron, a comienzos de los años '70, en el corazón de la modernización de la agricultura brasilera (el sur del país), llevadas a cabo por los huérfanos de ese proceso: arrendatarios, hijos de pequeños propietarios que ya no tenían condiciones para acceder a la tierra para poder reproducirse, pequeños productores que habían perdido la tierra en virtud de las deudas contraídas. Frente a un proceso de inminente exclusión, desencantados con la alternativa esbozada por el régimen militar de migración hacia nuevas áreas en la región norte del país y con la dificultad de alternativas urbanas, la ocupación de tierras en la propia región de origen fue la salida encontrada por ese contingente. Así, a la lucha de resistencia, característica de las décadas anteriores, se sumaron iniciativas de búsqueda de acceso a nuevas tierras a través de campamentos y ocupaciones de áreas improductivas.

La lucha de resistencia cobró impulso a través de la articulación, en especial en la zona norte del país, de la lucha por la tierra con la lucha por la preservación de las matas nativas, condición para la reproducción económica y social de los que vivían de la extracción, mezclando los trazos tradicionales de la cuestión agraria (resistencia y expulsión) con la novedad de la cuestión ambiental. Es el caso del movimiento de los "seringueiros".

Las ocupaciones de tierra crecieron durante la primera mitad de los '80, se consolidaron con la organización del Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra y fueron, por los hechos políticos que crearon y por las presiones que ejercieron, un importante motor de las expropiaciones realizadas a partir de ese momento, en especial después del final del régimen militar en 1985. Al final de los años '80 esa forma de lucha, que hasta entonces se concentraba en el sur del país, inició un proceso de expansión por nuevos espacios, correspondiendo a la nacionalización del MST que ganó expresión nacional y se transformó en el símbolo de la lucha por la tierra. Su inserción en San Pablo se inscribe en este proceso, en especial en la región del Pontal de Panapanema, que comenzó a ser objeto de las acciones sistemáticas del MST a inicios de los '90 y la intensificación de sus acciones en las regiones Norte y Nordeste del país. Las ocupaciones no sólo se tornaron más recurrentes en número, sino también en términos de la cantidad de participantes en las mismas: los diarios pasaron a mencionar ocupaciones con mil, dos mil, tres mil personas que ocupaban tierras de dudosa propiedad, especialmente en los estados de San Pablo, Paraná y Pará. En otras localidades, como es el caso de

las regiones cañeras pernambucana y fluminense, las ocupaciones estuvieron apuntadas a propiedades en quiebra, motivadas por la crisis de las actividades agrícolas tradicio-

nales. Con los altos índices de miseria y desempleo existentes, la posibilidad de acceso a la tierra no sólo facilitaba el reclutamiento de personas dispuestas a ir a los campamentos sino que legitimaba las acciones de los "sin tierra" junto a la opinión pública. En un con-

texto de reducción de las alternativas de empleo, hasta los trabajadores que habían vivido un largo período de experiencia urbana pasaron a engrosar las ocupaciones de tierra, en especial en estados bastante urbanizados como es el caso de Río de Janeiro y San Pablo. Se observa un cambio en el propio público que demandaba tierra.

La constitución y expansión del MST representaron, en relación a experiencias anteriores, no sólo innovaciones en las formas de lucha, sino también en el plano organizativo. En efecto, uno de los trazos más significativos de ese movimiento es la concepción de que la demanda de tierra no se agota en la obtención de una parcela o lote, sino que implica la necesidad de organizar la producción, de obtener créditos con este objetivo, de formar líderes como modo de dar continuidad a las ocupaciones más allá de su lugar de origen. En sintonía con esto se verifica un gran énfasis en la organización de los asentamientos, tanto en el plano local como regional, estatal, nacional, de forma tal de hacer de la lucha por la tierra una reivindicación amplia, capaz de abarcar a diferentes sectores sociales. Ya en el II Encuentro Nacional del MST, realizado en 1989, al lema "ocupar, resistir" formulado años antes, fue adicionado el verbo "producir". En ese momento los asentamientos se transformaron en laboratorios de una serie de experiencias con énfasis en las actividades colectivas, buscando dinamizar la producción y transformarlos en ejemplos de las potencialidades de un proceso de reforma agraria. La estrategia de consolidación del MST implicaba entonces no sólo garantizar la supervivencia económica de los asentados sino también buscar legitimarlos socialmente por medio de la producción. En el marco de esa estrategia pasaron a estimularse formas de producción cooperativa y de beneficiamiento¹, se establecieron rígidas reglas de conducta en el interior de los asentamientos (desde la prohibición de bebidas alcohólicas hasta la reglamentación de la transferencia y la división de lotes), se puso énfasis no sólo en la educación política sino formal (escolarización básica, apuntando a la erradicación del analfabetismo entre los adultos y la preparación de niños y jóvenes) y tecnológica. La educación de niños y jóvenes pasó a merecer

"La constitución y expansión del MST representaron, en relación a experiencias anteriores, no sólo innovaciones en las formas de lucha, sino también en el plano organizativo. En efecto, uno de los trazos más significativos de ese movimiento es la concepción de que la demanda de tierra no se agota en la obtención de una parcela o lote, sino que implica la necesidad de organizar la producción, de obtener créditos con este objetivo, de formar líderes como modo de dar continuidad a las ocupaciones más allá de su lugar de origen."

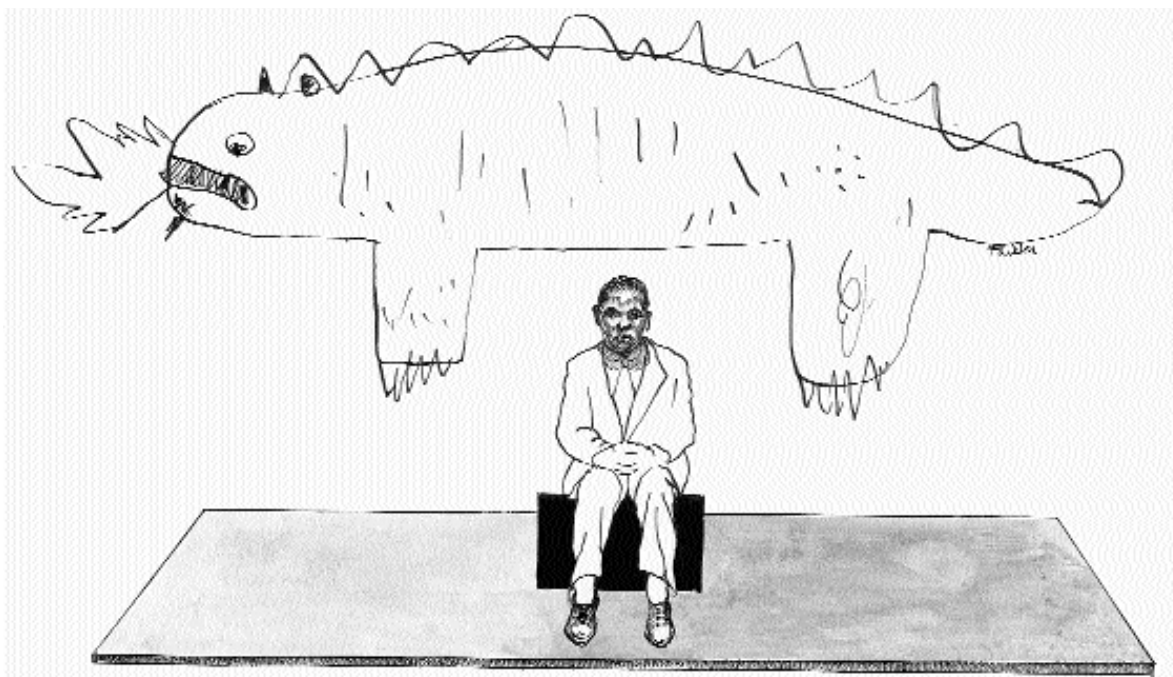
especial atención y también su movilización para la participación en actos públicos, buscando tanto iniciar precozmente la formación de líderes como mostrar a la sociedad la preocupación por la formación de una nueva generación.

La inversión en la viabilización de los asentamientos y la ampliación del radio de acción del MST tienen como sustento una política de formación y “liberación” de cuadros, es decir, el conjunto de los asentados que adhirieron a la propuesta del MST pasó a contribuir para que algunos líderes de relevancia en el asentamiento pudieran trasladarse a otras regiones con el objetivo de organizar nuevas ocupaciones y, de esta forma, nacionalizar el movimiento.

Se conjugan así, como estrategia política, movilizaciones y ocupaciones que involucran un gran número de personas, dando mayor visibilidad a las luchas por la tierra, con un trabajo cotidiano y molecular de reclutamiento de nuevos ocupantes, organización de campamentos, fortalecimiento de los asentamientos y formación de líderes.

A mediados de los años ‘90 el MST decidió difundir el tema de la reforma agraria entre un público más amplio. El lema de su III Congreso Nacional, “Reforma agraria: esa lucha es de todos”, señalizaba el esfuerzo tendiente a mostrar los beneficios para la sociedad de una política de reforma agraria, buscando ampliar su campo de alianzas en dirección a otros movimientos, estudiantes, intelectuales. Además intentó vincular el tema del acceso a la tierra a la problemática del creciente desempleo, mostrando las ocupaciones como una alternativa de supervivencia para aquellos

que estaban siendo progresivamente excluidos del mercado de trabajo. Con esa perspectiva intentó ampliar sus acciones en dirección a las ciudades a través de la realización de manifestaciones públicas que funcionaran al mismo tiempo como rituales solidificadores de la adhesión al movimiento y como estrategia de disputa de espacios en los medios. Un ejemplo de esto fue la organización de la Marcha Nacional por la Reforma Agraria, el Empleo y la Justicia en 1997, que partió de diferentes puntos del país con grupos que se reunían en diferentes lugares previamente establecidos, de forma tal de formar tres grandes corrientes convergentes en Brasilia. La Marcha movilizó en forma directa mil trescientos trabajadores “sin tierra” que representaban a campamentos y asentamientos de todo el país, y se caracterizó por la valorización de lo simbólico: fue realizada a pie en su totalidad por los caminantes, hombres, mujeres, niños calzados con sandalias de suela de caucho y exhibiendo la pobreza. Duró dos meses y ganó espacio diario en los medios, despertando la curiosidad del público y mostrando la otra cara del país, poco conocida en los centros urbanos. Por su propia forma de organización suscitaba el apoyo local en las comunidades por donde pasaba, materializado en ofrecimiento de espacios para armar las carpas, alimentación, ayuda médica. El carácter épico que asumía dramatizaba la demanda de los sin tierra y la transformaba en un espectáculo político, provocando el posicionamiento de diferentes fuerzas sociales. Juntando la cuestión de la tierra con la del empleo, tocaba temas candentes y despertaba simpatía popular. En el momento de su arribo a la capital de la República, en abril de 1997, se transformó en un gran acto público contra el gobierno de Fernando Henrique Cardoso, con



la adhesión de las diferentes fuerzas de oposición, dando aún mayor visibilidad a las demandas del MST².

Evidentemente el proceso organizativo que ha revigorizado la lucha por la tierra en Brasil no ha sido ajeno a la aparición de ciertas tensiones, tanto internamente en los asentamientos, donde la resistencia de los asentados a las formas colectivas de trabajo fue importante, produciendo una flexibilización del modelo, como en las dificultades planteadas por la forma en que se produjo la expansión nacional del MST: a través de la acción de los líderes, en la mayoría de los casos formados en el sur del país, y que poseían una tradición agrícola familiar, con fuertes lazos de solidaridad. Esa trayectoria a menudo era trasladada a regiones donde había una tradición secular de subordinación a la figura de un patrón. El choque de percepciones sobre las formas organizativas y el significado de la tierra fue concomitante a ese proceso, produciendo tensiones en diferentes momentos.

En el contexto de expansión de las acciones y de la visibilidad del MST surgieron iniciativas de otros actores que reafirmaban a las ocupaciones como forma principal de la lucha por la tierra. Por un lado el sindicalismo, tradicionalmente más proclive a la lucha institucional por la reforma agraria priorizando la canalización a través del poder público de las demandas de expropiación, que comenzó a actuar de forma más significativa en ocupaciones de tierra, principalmente a partir del momento en que el MST pasó a disputar sus bases tradicionales, en especial en los estados del Nordeste. Aunque esas ocupaciones fueron focalizadas y en escala inferior fueron políticamente significativas en la medida en que representaron una legitimación de esa forma de actuar, ampliamente cuestionada por el gobierno³. Por otro, el MST comenzó a sufrir divisiones internas y surgieron nuevas organizaciones de lucha por la tierra en diversos puntos del país (MLT, MCC, MT, MLST, etc.)⁴. Más allá de las disputas políticas que esas diferentes siglas connotan, esos movimientos, de carácter más localizado, indicaban la extensión que la lucha por la tierra asumía y la legitimación de las ocupaciones como forma eficaz del acceso a la tierra.

El aumento en la cantidad de ocupaciones y el volumen de ocupantes fue concomitante con el crecimiento de la violencia en el campo, culminando, en el inicio del gobierno de Fernando Henrique Cardoso, con la muerte de un gran número de trabajadores en Corumbiara, estado de Rondônia (agosto de 1995), durante una acción de ocupación; en Eldorado de Carajás, en Pará (abril de 1996), en ocasión de una movilización; y en Pontal de Paranapema, en San Pablo, con el encarcelamiento de importantes líderes del MST. En los dos primeros casos, identificados como “masacres” de trabajadores, llama la atención el hecho de que no se tra-

taba de acciones de milicias privadas sino de fuerzas policiales llamadas a intervenir, confirmando la tesis de Tavares dos Santos y al. (1998) de que una tendencia de la violencia en el campo es el crecimiento de sus formas legales (o sea a través de la acción policial o judicial) y la reducción de la violencia ilegal (a través de la acción de pistoleros y *jagunços*). Ambos hechos tuvieron gran repercusión internacional y fueron varias las manifestaciones de denuncia y protesta en diversas capitales, en especial en el caso de Eldorado de Carajás, una especie de muerte anunciada, por la intensificación de las tensiones en la región, registradas por la prensa nacional a lo largo del año en que sucedió la matanza. Bajo una fuerte presión de la opinión pública, las “masacres” acabaron generando crisis y arreglos políticos en el seno del gobierno.

■ Agricultura familiar

Las manifestaciones de los “agricultores familiares” constituyen un segundo e importante frente de tensión de la sociedad brasileira, aunque no representa el dramatismo expresado por el MST.



A principio de la década del '80, los entonces llamados "pequeños agricultores" comenzaron a constituirse como actores políticos. La emergencia de esa categoría está ligada a un proceso de empobrecimiento de segmentos que fueron en alguna medida beneficiados por la modernización de los años '70. El proceso de mecanización, la integración con las agroindustrias, nuevas formas de relación con los mercados, el endeudamiento, colocaron la "cuestión de la producción" en el centro de sus preocupaciones, paralelamente a la germinación de un conjunto de nuevos liderazgos, con fuerte influencia de la Iglesia ligada a la teología de la liberación (la misma matriz que algunos de los liderazgos del MST), cuestionadoras de la acción de la

"En un contexto de creciente pauperización, jóvenes liderazgos pasaron a conducir movilizaciones marcadas por la práctica de cortes de ruta, manifestaciones en las puertas de los bancos y de organismos públicos, como forma de dar visibilidad a sus demandas relacionadas con los precios mínimos para productos agrícolas, tasas cambiarias, etc. y presionar al Estado para dar una respuesta a las mismas."

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), en relación a las acciones conjuntas con "pequeños productores". En un contexto de creciente pauperización, jóvenes liderazgos pasaron a conducir movilizaciones marcadas por la práctica de cortes de ruta, manifestaciones en las puertas de los bancos y de organismos públicos, como forma de dar visibilidad a sus demandas relacionadas con los precios mínimos para productos agrícolas, tasas cambiarias, etc. y presionar al Estado para dar una respuesta a las mismas. También maduraron propuestas de "toma" de la dirección de cooperativas (en la mayoría de los casos frustradas), alimentadas por la percepción de que los pequeños productores, si bien eran mayoría en su seno, no tenían ningún control político sobre las decisiones que, muchas veces, contrariaban sus expectativas. También fueron creados sindicatos por categorías específicas ("fumicultores", "suinocultores", "apicultores"), orientados a las complejas negociaciones que implicaban a una cantidad significativa de pequeños productores en el sur del país.

En las disputas políticas que recortaban al sindicalismo ese segmento pasó a ocupar lugares de importancia, organizando en el seno de la Central Unica de los Trabajadores. Demandas que existían desde hace mucho tiempo adoptaron nuevos perfiles a través de su reencuadramiento dentro de un diagnóstico de la situación agraria y agrícola del país que los llevó a hablar cada vez más de la necesidad de un "nuevo modelo de desarrollo" y no sólo de políticas específicas de financiamiento. En el armado de esa propuesta fueron muy importantes las actividades de formación y los intercambios internacionales promovidos principalmente por iniciativas de la Iglesia y de organizaciones no gubernamentales. A través de estas actividades, diferentes liderazgos sindicales pudieron conocer y reflexionar sobre experiencias europeas, principalmente las relacionadas con el

apoyo estatal a la agricultura familiar, comprendiendo técnicas de preservación ambiental, combinación de actividades productivas con turísticas, etc. Esos elementos se sumaron al desarrollo de debates en los medios académicos sobre la importancia económica y social de la agricultura familiar; debate que, por medio de la acción de asesorías circuló en el ámbito sindical, poniendo en el centro de la discusión sobre políticas públicas para el campo al "agricultor

familiar". Esa categoría rápidamente substituyó, en el debate político y en el lenguaje sindical, el término dominante hasta los años '80 ("pequeño productor"), y viene constituyéndose en una identidad relacionada a las demandas de transformaciones del actual mo-

delo de desarrollo, basado en priorizar a las grandes unidades productivas dedicadas a la exportación. Bajo esta perspectiva, temas antes considerados de menor importancia tales como la discusión de alternativas de comercialización, la experimentación de formas de producción asociadas, el estímulo a la constitución de pequeñas agroindustrias, el significado e implicancias de opciones tecnológicas, las dimensiones ambientales de la producción agrícola, la importancia de la intervención en la política local, pasaron a ser valorizados y a ganar nuevos significados como parte de una propuesta alternativa para la agricultura.

En el proceso de constitución de esa categoría también jugaron un papel esencial los Gritos de la Tierra Brasil, manifestaciones públicas que comenzaron a ser organizadas por la CONTAG a inicios de los años '90 con la finalidad de llamar la atención de la opinión pública y de los gobernantes sobre las reivindicaciones de los trabajadores del campo. Se trataba de dar extensión nacional a eventos de gran repercusión política que se gestaron en el estado de Pará. Traducían un conjunto de demandas de diferentes categorías en una pauta unificada nacionalmente, movilizando trabajadores de diversos puntos del país, con fuerte presencia de las demandas relacionadas a los agricultores familiares. Se constituyeron en un momento importante de formulación y de negociación de demandas con el Estado. Los sindicalistas atribuyen a la fuerza de los "Gritos" una serie de medidas entendidas de interés para los agricultores como es el caso del Programa Nacional de Apoyo a la Agricultura Familiar, línea de crédito destinada tanto a iniciativas relacionadas ya sea con el mejoramiento de la infraestructura (red eléctrica, pozos, rutas, instalaciones agroindustriales de pequeño tamaño, etc.) o bien con el costeo de la producción. De esa forma no sólo se consolida el agricultor familiar como identidad política, sino que también se exacerba la disputa por el encuadramiento formal como tal, una vez que ese reconoci-

miento es una condición para el acceso a esa línea de crédito.

■ Efectos políticos

La presencia en el escenario político de los “sin tierra” y de los “agricultores familiares” fue, en un primer momento, apenas objeto de acciones represivas del Estado y de condenas públicas a las manifestaciones. El aumento de sus acciones y consecuentemente de la visibilidad y fuerza política, con un número de adeptos cada vez mayor, tuvieron como resultado más inmediatas iniciativas gubernamentales que, al mismo tiempo que incorporaron algunas de las reivindicaciones, procuraron dar algún tipo de previsibilidad a un conjunto de demandas que se sumaban y que, más que colocar el tema de la tierra y de la agricultura familiar en el centro de los debates, traían a colación importantes impases generados por las opciones en torno a la dirección de las políticas públicas y de la preservación de los intereses ligados al gran capital.

Bajo esa óptica, dos programas dirigidos al campo ganaron importancia en las dos últimas décadas: las expropiaciones de tierra para la realización de asentamientos, que se intensificaron a partir de la Nueva República y ganaron un nuevo impulso en los últimos años, y un programa de crédito destinado a la agricultura familiar.

El Programa de Crédito para la Agricultura Familiar representó una innovación política agrícola brasileña y corresponde a una tentativa de dar viabilidad a agricultores en proceso de empobrecimiento. Fruto de las luchas sindicales, por el volumen de recursos de que dispone, está lejos, sin embargo, de constituirse como un instrumento capaz de viabilizar un “nuevo modelo de desarrollo”.

En lo que respecta a las expropiaciones se verifica la continuidad de la tendencia heredada del régimen militar de centralización de las decisiones referentes a la demanda por la reforma agraria en la esfera federal, predominando la lógica de expropiar áreas en donde existe tensión social con el fin de eliminar tensiones más intensas. Esa lógica explica en gran parte el perfil del mapa de los asentamientos rurales en Brasil: dispersos y localizados a partir de una geografía de conflictos, contrariando la idea de “áreas reformadas”, presente en la legislación agraria y condición de la eficacia de las acciones de apoyo a los asentamientos. Aún forma parte de ese proceso la formación de un cuerpo burocrático-estatal que desarrolló una cultura institucional marcada en un primer momento por la identificación entre reforma agraria y colonización, y luego entre reforma agraria y asentamientos, lo que implica una ausencia de planificación de acciones fundiarias, excepto en lo que refiere a las metas numéricas a ser alcanzadas.

Pese a esos hechos, a lo largo de las dos últimas décadas creció significativamente el número de asentamientos rurales y ocurrieron una serie de cambios en el aparato institucional estatal, mostrando no sólo la importancia creciente de los temas relacionados con la cuestión agraria como la dificultad del Estado brasileño para lidiar con ellos. Así, todavía en el último gobierno militar, fue creado un Ministerio Extraordinario de los Asuntos Fundiarios. Con el fin del régimen militar la cuestión de la tierra pasó bajo la órbita del Ministerio de la Reforma y el Desarrollo Agrario, *locus* tradicional de acción política de los intereses ligados a la propiedad de la tierra y a la gran producción agropecuaria. Ese encuadre permanece a comienzos del gobierno de Fernando Henrique Cardoso, momento en que la intensificación de las tensiones sociales en el campo, de la violencia y de las ocupaciones de tierra, produjo nuevos arreglos políticos. Inmediatamente después de la masacre ocurrida en Eldorado de Carajás, el gobierno creó el cargo de Ministro Extraordinario de Asuntos Fundiarios, colocando nuevamente la cuestión de la tierra bajo control directo de la Presidencia de la República. La continuidad de los conflictos y la necesidad de acciones más intensas hizo que ese ministerio perdiera su carácter transitorio y fuese substituido por un Ministerio de Desarrollo Agrario que agregó a sus atribuciones el tratamiento de las cuestiones relacionadas con los asentamientos rurales y la agricultura familiar. Tales arreglos administrativos revelan una



nueva mirada sobre el tema, cuya síntesis es un documento de 1999 titulado “Agricultura familiar, reforma agraria y desarrollo local para un nuevo mundo rural”.

Uno de los énfasis principales de la política anunciada entonces es la inserción competitiva de los asentamientos en el “mundo de los negocios”, frente a un diagnóstico de poca inserción de las familias en el mercado. La idea fuerza de la propuesta es que la actividad agropecuaria es cada vez más dinámica, tanto desde el punto de vista tecnológico como en relación al comportamiento del mercado, requiriendo agricultores con un comportamiento cada vez más empresarial. Desde este punto de vista debe estimularse la verticalización de la producción a través de una línea de crédito especial, obtenida a través de la fusión entre el sistema de crédito creado para los asentamientos en los años ‘80 (Programa de Crédito Especial para la Reforma Agraria – Procerá) y el programa destinado a la agricultura familiar (Pronaf). Respecto a los asentamientos, la propuesta del gobierno es emanciparlos rápidamente (en dos o tres años) de manera de transformar a los asentados en agricultores familiares. De esa forma el crédito para los asentados pasa a tener las mismas restricciones del Pronaf, programa cuyo objetivo es afectar una parcela de los productores y no su totalidad. Bajo esa óptica, la propuesta apunta a producir nuevas exclusiones. Enfatizando la productividad y el productivismo, se homogeneiza el tratamiento de los agricultores familiares, negando su potencial de creadores/preservadores de cualquier otro “estilo de vida” que no sea el generado por el “negocio”.

También son formuladas una serie de reglas que formalizan la dimensión contractual de los asentamientos y procuran romper con lo que el gobierno caracteriza como “dependencia de las familias ante el poder público”, derivada, según el Ministro de Desarrollo Agrario, “de la concepción de colonización que se expresa en el compromiso de rutas, energía, salud, educación, crédito, asistencia técnica, vivienda, etc.; típico de una intervención fundiaria en zona de frontera, pero que desde hace décadas no se realiza más en la frontera. El remedio es la definición de reglas contractuales rígidas y claras entre las partes (poder público y asentados), especificando derechos y obligaciones mínimas y el tiempo de su realización” (O Globo, 3/10/98, p. 7). Uno de los aspectos de esta propuesta es la exigencia de contratos, en los cuales queden claras las deudas a ser contraídas por los asentados. Desde este punto de vista la firma del contrato abre las puertas a la cobranza judicial de las deudas asu-

midas en el momento de entrada.

Diversas tareas que eran atributo del gobierno federal (demarcación de los lotes, caminos, habitación) pasan a ser terciarizadas, volviéndose responsabilidad de los asentados.

Otra medida significativa es la introducción de mecanismos de mercado para la obtención de tierras, tendiendo a atraer trabajadores deseosos de acceder a la tierra pero reticentes a los enfrentamientos inherentes a las ocupaciones. En esta perspectiva se plantea un impasse para los movi-

mientos sociales que participan en la lucha por la tierra. Aunque condenen con vehemencia la medida, es muy común que los dirigentes sindicales reconozcan que “hay filas” de trabajadores buscando informaciones en las sedes sindicales y en las intenciones acerca de cómo

obtener un crédito. Más allá de esta cuña, la lógica del mercado sepulta definitivamente cualquier posibilidad de una reforma agraria planificada, dado que ésta queda sometida a los intereses de los propietarios en vender o no sus tierras.

Uno de los supuestos de las nuevas medidas es que el poder del latifundio fue quebrado en función de los mecanismos de estabilización monetaria y de caída de los precios de la tierra. Sin entrar en una definición de lo que se entiende por latifundio, es importante resaltar que algunas de las propuestas presentadas fueron el resultado de la presión de entidades representativas de los propietarios de tierra. Es el caso de la medida provisoria que impide la inspección de áreas ocupadas y el Banco de la Tierra. Bajo esta óptica el poder de la propiedad queda totalmente resguardado en la medida que la posibilidad de acceso a la misma pasa a depender fundamentalmente del interés del propietario en la venta. En la medida en que se presente como un comprador privilegiado, es muy probable que el Estado pase a funcionar como un activador del mercado de tierras.

Intentando imponer una lógica estrictamente contractual a poblaciones que nunca pautaron sus comportamientos en base a la misma, sino más bien regidos por reglas de reciprocidad, la propuesta tiende a producir frustraciones cuyo resultado a mediano plazo apunta a una intensificación de la exclusión.

En su conjunto estas propuestas van provocando profundos cambios en los espacios y condiciones de diálogo entre el gobierno federal y los movimientos de lucha por la tierra, transfiriéndolos lentamente a espacios locales donde

“En su conjunto estas propuestas van provocando profundos cambios en los espacios y condiciones de diálogo entre el gobierno federal y los movimientos de lucha por la tierra, transfiriéndolos lentamente a espacios locales donde la capacidad de presión de los movimientos es más frágil porque se encuentra atomizada y sujeta a las presiones del poder local.”

la capacidad de presión de los movimientos es más frágil porque se encuentra atomizada y sujeta a las presiones del poder local. Por otro lado, dado que esos caminos no son lineales, el proceso de descentralización en curso, que constituye el eje de la propuesta gubernamental, abre posibilidades interesantes de disputa política en la medida en que pasan por la creación de Consejos Estatales de Desarrollo Rural, Consejos Regionales y Consejos Municipales de Desarrollo Sustentable, con la participación de representantes de las organizaciones de trabajadores. Por ellos pasan decisiones ligadas a las aplicaciones de los recursos. Si bien en algunos lugares esos consejos se revelaron como un espacio de manipulación clientelística, en otros han puesto en discusión y articulado las fuerzas locales en torno al uso de los recursos, dando así más transparencia a los procesos y potencializando las transformaciones.

■ Bibliografía

Concrab. *Concrab: quatro anos organizando a cooperação*. São Paulo, 1996.

Fernandes, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo, 1996, Hucitec.

MEPF. *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*. 1999.

Projeto CUT/CONTAG. *Desenvolvimento e Sindicalismo Rural*. São Paulo, 1999, Projeto CUT/CONTAG.

Tavares dos Santos, José Vicente et al. *Conflitos sociais agrários*, Brasília, 1998, Convênio FAO/Inra.

■ Notas

1 Según João Pedro Stedile y Gilberto Portes de Oliveira, líderes del MST, entre 1986 y 1998 ese movimiento organizó más de 70 cooperativas de producción y comercialización, nueve cooperativas centrales, dos de crédito y decenas de pequeñas y medianas unidades industriales (FSP, 22/03/98, p. 1 a 3).

2 La capacidad de organización de la marcha puede ser evaluada por la ausencia de incidentes de cualquier tipo. En la cobertura cotidiana de la manifestación, la prensa dio cuenta de algunos casos de expulsión de trabajadores que violaban las reglas de comportamiento establecidas durante la marcha.

3 Los estados donde ocurrieron prioritariamente esas ocupaciones fueron Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia (gran parte de las acciones en forma conjunta con el Movimiento de Lucha por la Tierra), São Paulo, a partir de la Federación de Asalariados Rurales de São Paulo, entidad sindical no reconocida por la CONTAG y que nucleaba a sindicatos de la región cañera de Ribeirão Preto. Nótese que en los estados donde el MST estaba más consolidado (estado del Sur y Sudeste) no ocurrieron acciones impulsadas por el sindicalismo (Projeto Cut/CONTAG, 1998).

4 La acción de esas organizaciones es muchas veces identificada por la prensa como parte del movimiento de los "sin tierra", sin mucha preocupación en distinguir formas organizativas distintas.



Sem Terra (ainda), mas com muita Educação

Por Attico Inácio Chassot*

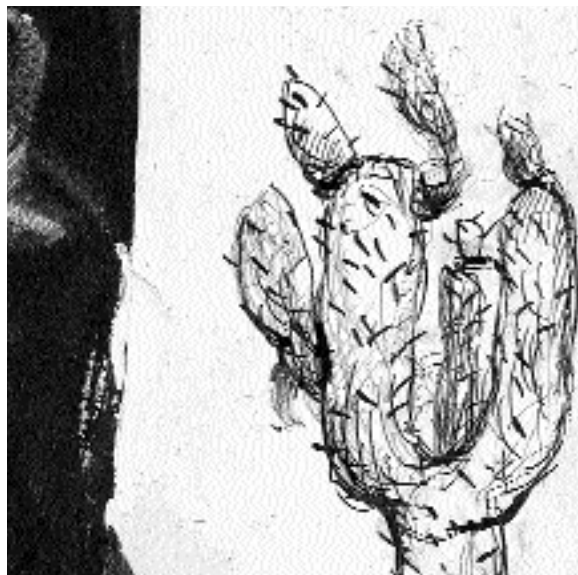
“Se a Educação que os ricos inventaram ajudasse o povo de verdade, os ricos não davam dessa Educação prá gente.”

Neste número do *Observatório Social da América Latina* os leitores e as leitoras encontram artigos que fazem incursões, com acuradas perspectivas, naquele que é hoje no Brasil, indiscutivelmente, o movimento social mais organizado e o que influi no cenário político de maneira mais decisiva que a maioria dos partidos políticos. Assim, não há necessidade de contextualizar, aqui e agora, a história nem destacar a importância atual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o MST.

Neste texto procuro evidenciar algumas das relações do MST com a Educação. Esta é uma dimensão usualmente não presente no imaginário da maioria das pessoas que ouvem falar do MST – e aqui é preciso enfatizar que o que se conhece é quase só de ouvir falar. E mais, como os autores das falas mais publicizadas são os dos chamados formadores de opinião, usualmente a serviço dos detentores do poder econômico, o matiz conhecido é marcado fortemente por um viés antagônico ao MST. Na tentativa de olhar o quanto a Educação é parte entranhada das ações do MST, proponho mostrar como mudanças sociais ocorrem ao ensejar inclusões na sociedade e aventuro-me a compartilhar também um pouco de meu envolvimento neste fazer Educação.

Quando a grande imprensa usualmente fala do MST, dá destaque às ocupações, sempre mostradas como invasões ou, às incursões a alimentos estocados na busca da mitigação da fome, chamados de saques. Há no noticiário o mascaramento de três dos objetivos fundamentais do MST: terra, implantação da Reforma Agrária e mudanças sociais no Brasil. Às vezes, na imprensa de massa se produz algo sobre o outro lado da medalha, mas isso é muito pouco diante do volume de informações contrárias que são publicadas.

* Licenciado em Química e Doutor em Educação. Professor no Centro de Ciências Humanas e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
e-mail: achassot@portoweb.com.br
<http://www.attico.chassot.nom.br>



45

Uma das mudanças sociais mais decisiva para as mulheres e os homens que lutam pela terra são as possibilidades de acesso a Educação (Knijnik : 1996; Caldart : 1997). Para isso o MST mantém entre os diferentes setores de sua estrutura organizacional um Setor de Educação. As ações que envolvem a Educação têm como pressuposto um conjunto de princípios pedagógicos orientadores, apresentados em documentos de ampla circulação entre a militância (MST, 1996, p. 23), que merecem ser referidos aqui para que se conheça a profundidade com que estas ações são vividas:

Relação entre prática e teoria; Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; Arealidade como base da produção do conhecimento; Conteúdos formativos socialmente úteis; Educação para o trabalho e pelo trabalho; Vínculo orgânico entre os processos educativos e processos políticos; Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; Vínculo orgânico entre educação e cultura; Gestão democrática; Auto-organização dos/as estudantes; Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores /educadoras; Atitude e habilidades de pesquisa; Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Assim, as atividades de fazer Educação estão fortemente enraizadas e enraizam todas as ações daqueles que lutam para tornar a Terra produtiva. E é importante reconhecer o quanto há nas mesmas competência e profissionalismo.

Antes de visibilizar algumas realizações do MST na dimensão educacional, parece oportuno referir de fazeres, aparentemente externos ao MST ou talvez onde ele não seja o sujeito das ações. Em um segundo momento contemplo as do Setor de Educação do MST.

Mesmo sem dispor de estudos mais quantificados, parece que se pode afirmar que, em diferentes regiões do país, há uma significativa adesão da comunidade acadêmica às propostas do MST. Essa participação se dá em duas dimensões: por iniciativa pessoal de intelectuais e também por parcerias institucionais. Elas ocorrem tanto entre universidades públicas como entre as particulares.

As iniciativas pessoais são de características muito diferenciadas. Há um número representativo de teses e dissertações, mais acentuadamente nos Programas de Pós-Graduação em Educação que têm como problema de pesquisa as realizações de Educação do MST, especialmente a alfabetização, preservação de saberes e também estudos envolvendo exclusão e inclusão social. As origens destes trabalhos são: a busca de respostas de interrogações dos pesquisadores ou militantes que transformam sua prática em objeto de pesquisa.

Há ainda intelectuais que se envolvem em ações que têm a marca de fazeres comprometidos com a busca da diminuição das desigualdades sociais. Nessa dimensão, intelectuais inquietos com políticas governamentais que trazem marcas do modelo econômico dominante na América Latina encontram nas ações dos homens e mulheres do MST parceiros com os mesmos horizontes. O mundo da Academia tem sido um locus privilegiado, mas ainda sem muita ousadia, na contestação das propostas neoliberais globalizadas.

Mesmo que pareça pretensioso, permito-me contar das emoções que senti na comunidade acadêmica, quando recentemente (julho de 2000), fiz colocar no meu último livro *Alfabetização científica: Questões e desafios para a Educação*² – onde faço uma crítica contundente ao cientificismo que atravessa a sociedade e as escolas,

procurando desconstruir a imagem de uma ciência asséptica e isenta, contrapondo-me ao esquema confortável em que muitos cientistas se colocam ao separar sua produção científica propriamente dita da aplicação de sua produção – esta mensagem: *Os direitos autorais desta edição destinam-se ao Departamento de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*³. Sei de várias pessoas que se sensibilizaram quando viram essa

colocação, não foram poucos que me cumprimentaram efusivamente por isso e outros há que compraram o livro especialmente por isso. Mais que os 100 exemplares (10% dos 1.000 exemplares da edição) que o MST já recebeu e distribuiu o livro em

escolas em vários pontos do Brasil, está a ampliação de sonhos de ajudar numa melhor alfabetização científica dos homens e das mulheres.

Mesmo que traga um exemplo pessoal, ações assim não são isoladas. Há inúmeros pesquisadores que por escolherem escolas de acampamento ou de assentamento para as suas investigações contribuem materialmente em muitas ações (Knijnik: 1995). Mesmo que invoque uma semelhança que tenha ranços criticáveis, vejo nestes homens e mulheres da Academia, os missionários hodiernos.

Há, todavia uma maravilhosa história dentro da história sangrenta da luta pela terra em nosso país que é desconhecida do grande público. Vemos, quase diariamente, páginas tristes narrando embates de brasileiros lutando por condições para poder produzir. Quando se olham os relatos se corre o risco de uma leitura reducionista: a de que estas mulheres e estes homens lutam apenas por um pedaço de terra. Quando se discute a problemática da Reforma Agrária num país de tantos contrastes na distribuição de terras, as questões mais gerais não se deixam mostrar – e, às vezes, são propositalmente escondidas – uma das lutas maiores do MST: a Educação, ou mais especificamente, uma Educação de qualidade para todos.

Esta é uma história que nasce com os primeiros acampamentos, no início dos anos oitenta. Já nos acampamentos – tempo fértil de preparação para a vida nos assentamentos –, ao lado de discutir as questões relativas à forma de produzir, de comercializar, de organizar a própria vida, se busca refletir intensamente os assuntos de Educação. E esta não é pensada apenas na dimensão de se oferecer escola às crianças, mas também e principalmente, de como as mulheres e os homens que passam a se

Esta é uma história que nasce com os primeiros acampamentos, no início dos anos oitenta. Já nos acampamentos – tempo fértil de preparação para a vida nos assentamentos –, ao lado de discutir as questões relativas à forma de produzir, de comercializar, de organizar a própria vida, se busca refletir intensamente os assuntos de Educação.

constituir em uma nova célula de produção podem se tornar, através da Educação, cidadãos e cidadãs mais críticos.

As ações de Educação do MST se fazem presente em 23 do 26 estados do Brasil e acontece em diferentes frentes: educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, formação de educadores (cursos não formais, cursos formais de Magistério e de Pedagogia) e ensino médio na área de formação de técnicos em administração de assentamentos e cooperativas.

As ações não estão centralizadas no oferecimento de educação - isso é de ter escolas, mesmo que o número dessas já seja significativo - mas em lutas pelo direito à educação básica e construção de uma escola voltada às necessidades do campo. As escolas dos assentamentos são escolas públicas. Nos acampamentos também se quer garantir, por primeiro e exclusivamente, a escola pública. No Rio Grande do Sul isto foi conseguido a partir de 1996, com a aprovação pelo Conselho Estadual de Educação da Escola Itinerante dos Acampamentos do MST, que são escolas móveis que acompanham o movimento da luta pela terra.

Para que se possa fazer uma avaliação (com dados de julho de 2000) da dimensão das ações de Educação do MST, bastaria lembrar que em acampamentos e assentamentos de todo Brasil há aproximadamente 150 mil crianças freqüentando as mais de 1.200 escolas ligadas ao MST, isto significa cerca de 3.800 mil professoras e professores do ensino fundamental e 25 mil jovens e adultos com os quais se envolvem 1.200 mil educadoras e educadores. Há, ainda, programas de educação infantil - as *Cirandas Infantis*⁴ - onde se envolvem 250 educadores. Há também diferentes cursos supletivos ou alternativos (estes de ensino médio e fundamental) para capacitar aos homens e mulheres envolvidos na luta pela Reforma Agrária. Centenas de monitores atuando no Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos estão ensinando a ler, escrever e fazer as contas para milhares de pessoas.

Menos que nos impressionarmos com os números acima é preciso que se distinga a qualidade da Educação que se faz. Há ações muito ricas, mesmo que possam ser pobres na forma. É fácil imaginar a precariedade de algumas destas escolas de acampamentos (legais ou não), muitas das quais funcionando nestas verdadeiras cidades de lona preta, que vemos nas margens de rodovias brasileiras. Muitas vezes estas escolas tem uma só peça, onde as crianças das quatro primeiras séries do ensino fundamental estudam juntas com um mesmo professor ou professora. Há outras situações, especialmente onde os assentamentos já têm uma vida mais consolidada, onde a escola é a principal e mais bonita construção da vila, na qual, durante o dia, as crianças têm sua escolarização acompanhada por

professoras e professores que não só receberam uma formação especializada, mas são continuamente assistidos no seu fazer pedagógico pelo Setor de Educação do Movimento.

À noite, usualmente a escola é freqüentada por jovens e adultos que não apenas buscam uma Educação formal, mas procuram se tornar mais capazes naquilo que é específico para as suas lides, e isto inclui uma sólida formação política. A escola de um assentamento geralmente é o grande pólo cultural que nos fins de semana se transmuta em igreja e em centro comunitário, isto é local de recreação e de intensa vivência participativa.

Uma das instituições de ensino mantida pelo MST é o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA em Veranópolis no Rio Grande do Sul - sonhado embrião da Universidade da Terra - que já formou 7 turmas do Curso de Magistério, 7 turmas do Curso de nível médio de Técnico em Administração de Cooperativas/TAC, 1 turma do Curso de nível médio de Técnico em Administração de Assentamentos/TAA e 2 turmas do Curso de Especialização em Administração de Cooperativas/CEACOOOP, este em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e com a Universidade de Campinas (UNICAMP).

Há em funcionamento cinco cursos de nível superior para formação professoras e professores em parceria com cinco universidades (Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ, Universidade Estadual do Mato Grosso e Universidade Federal do Espírito Santo). Hoje o MST já tem parceria com 40 universidades brasileiras, entre essas estão as de mais significativa produção intelectual. A esses dados podem ser aditados já dois grupos (um de 13 e outro de 12 estudantes) que iniciaram em 1999 e em 2000 estudos de Medicina em Cuba.

Para que se tenha uma idéia da importância do Setor de Educação do MST basta referir que o mesmo edita três séries de publicações temáticas especializadas: "*Cadernos de Formação*" onde já foram publicados 19 números, alguns dos quais reeditados em várias edições, algumas das quais em espanhol e "*Cadernos de Educação*" com nove números publicados e "*Boletins de Educação*" com seis números-temáticos publicados. Há ainda três coleções "*Fazendo História*" que já tem 4 títulos, "*Fazendo Escola*" com 2 títulos e "*Pra Soletrar A Liberdade*" com 1 título. Estas bem cuidadas produções levam a cada acampamento e a cada assentamento subsídios para que se faça uma melhor prática pedagógica. Quando são referidas as publicações poderia se alinhar a produção de alguns livros, livretos, álbuns seriados e discos e fitas com músicas de artistas militantes.

Uma das dificuldades para levar as ações do Setor de Educação para todo o Brasil é a extensão territorial do país. Uma das alternativas para superar isso tem sido a realização de encontros nacionais e regionais. Alguns desses mais recentes são: ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária; ENEJA- Encontro Nacional de Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos do MST; Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em parceria com CNBB, UNESCO, UNICEF e UnB; ENEFA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores do Ensino Fundamental do MST; Conferência Regional do Centro Oeste, “Por Uma Educação Básica do Campo”; Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio Grande do Sul⁵.

Muitas destas atividades merecem o reconhecimento externo e por isso tem recebido premiações. As mais recentes são: Prêmio Educação e Participação “Por uma escola de qualidade no meio rural”, dezembro 1995, concedido pelo Itaú & Unicef; Prêmio Alceu Amoroso Lima de Direitos Humanos em agosto de 1999, concedido pela Fundação Alceu Amoroso Lima; Prêmio Pena Libertária pela Escola Itinerante, em outubro de 1999, concedido pelo SINPRO/RS; “Por uma Educação Básica do Campo”, em novembro 1999, concedido pelo Itaú & Unicef.

É importante destacar que, mesmo que o MST não defenda uma guetização da Educação, ele está muito preocupado com uma escola que responda àquelas que são exigências mais próximas dos sujeitos que recebem as ações desta escola. É impossível deixar de reconhecer, quanto várias das escolas que conhecemos não respondem as necessidades daquelas e daqueles que as freqüentam. Isto me faz acreditar na simplicidade da frase que fiz epígrafe deste texto e que recolhi na escola “Uma Terra de Educar”, em Braga e é capitular de uma das seções do livro *Para que(m) é útil o ensino?*: “Se a Educação que os ricos inventaram ajudasse o povo de verdade, os ricos não davam dessa Educação prá gente.” Realmente, prefiro crer que a Educação que o MST oportuniza está contribuindo para fazer mulheres e homens mais críticos para que estas e estes sejam mais capazes de interferir na sociedade que estão inseridos e modificá-la para melhor.

Permito-me, como encerramento, ratificar uma vez mais o crédito nesta quase epopéia aqui palidamente narrada. Tenho planos de, ainda por muitos anos, poder emprestar a minha colaboração como educador ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Lamentavelmente, não posso sonhar que a minha colaboração com este fabuloso movimento se encerre com uma certa brevidade, pois parece estar ainda distante o tempo em que o MST deixe de ter necessidade de existir pelo fato de que todos que precisam já tenham acesso à terra e, com esta, também à Educação.

Bibliografia referida

- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART & KOLLING, Edgar. O MST e a Educação. In: STEDILE, João Pedro. *O MST e a luta pela Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Petrópolis: Vozes, 2000.
- KNJINIK, Gelsa. Intelectuais, Movimentos Sociais e Educação. p. 57-81. In: VEIGA-NETO, Alfredo (org) *Crítica Pós-estruturalista e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- KNJINIK, Gelsa. Intelectuais. *Exclusão e Resistência Educação Matemática e Legitimidade Cultural*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MST. *Cadernos de Educação do Movimento Sem-Terra*, nº8. 1996.

Notas

- 1 Uma discussão aprofundada de tais princípios está em Caldart & Kolling (1997)
- 2 CHASSOT, Attico. Alfabetização científica : questões e desafios para a Educação. Ijuí : Editora UNIJUÍ, 2000, 432 p. ISBN 85-7429-145-5
- 3 Por uma questão de justiça, devo creditar essa iniciativa a inspiração que tive em Michael Apple, quando em palestra no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, no dia 05 de julho de 2000, falou lateralmente da destinação dos direitos autorais de seus livros. Imediatamente acessei a Editora, que já finalizava a obra. Afortunadamente, ainda foi possível aditar a informação, que valoriza minha publicação.
- 4 *Ciranda Infantil* é o nome dado pelo MST a tempos e espaços educativos dos Sem Terrinha da faixa etária de zero a seis anos. Ver nota seguinte.
- 5 Dentre os encontros citados, vale destacar esse, como destaca fica ratificada a construção histórica da categoria *crianças Sem Terra* ou *Sem Terrinha*, denominação não usada com exclusividade para os filhos dos assentados e acampados Caldart (2000), mas que já se constitui um novo sujeito social nas lutas para vencer as desigualdades na realidade brasileira. A realização de um congresso desse grupo social parece ser indicativo dessa condição.
- 6 CHASSOT, Attico. Para que(m) é útil o ensino? Canoas: Editora da Ulbra, 1995, 196p. ISBN 85-85692-13-9.

